

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.199 - RJ (2018/0218080-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
REQUERENTE : UNIMED SAO GONCALO NITEROI SOC COOP SERV MED HOSP
LTDA
ADVOGADO : GABRIEL GAYOSO E ALMENDRA PRISCO PARAISO - RJ154532
ADVOGADOS : ANA LUIZA COMPARATO CASTILHO E OUTRO(S) - RJ160659
GUSTAVO SICILIANO CANTISANO E OUTRO(S) - RJ107157
REQUERIDO : MERI CRISTINA TOLEDO SANT ANNA FRAGA
ADVOGADO : MARCOS TADEU DA LUZ CARVALHO E OUTRO(S) - RJ107054

DECISÃO

UNIMED SÃO GONÇALO - NITERÓI SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. alega nulidade na intimação da decisão monocrática que negou provimento a seu agravo em recurso especial, uma vez que não teria sido observado o requerimento de intimação ou publicação exclusiva em nome de GUSTAVO SICILIANO CANTISANO, OAB/RJ 107.157 (e-STJ fls. 3/9 do expediente avulso).

Requer seja declarada a nulidade dos atos processuais posteriores à referida intimação, bem como sejam requisitados os autos da origem, reabrindo-se o prazo para interposição do recurso, determinando-se, além disso, a suspensão da execução, a fim de evitar prejuízo.

Intimada a se manifestar, a requerida pleiteou o indeferimento do pedido (e-STJ fls. 14/26 do expediente avulso).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 272, § 8º, do CPC/2015, a nulidade da intimação deve ser arguida em preliminar do próprio ato que caiba ao interessado praticar, o qual será tempestivo se o vício for reconhecido. Vejamos:

Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

(...)

§ 8º A parte arguirá a nulidade da intimação em capítulo preliminar do próprio ato que lhe caiba praticar, o qual será tido por tempestivo se o vício for reconhecido.

No caso, limita-se a requerente a alegar que a publicação não foi feita em nome do advogado indicado, não apresentando, todavia, as razões de seu agravo interno.

Ainda que se reconheça eventual vício, sendo os autos eletrônicos, não há razão para que não tenha apresentado o recurso.

Descabido, portanto, o pedido de reabertura do prazo recursal, devendo ser

Superior Tribunal de Justiça

mantida a certidão de trânsito em julgado.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido.

Decorrido o prazo recursal, remeta-se o presente expediente avulso à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator